

Responsabilidade do Primeiro

"A Felicidade há de se espalhar com toda intensidade"

Ivan Lins

8861 LES 0 8

ANTENOR BARROS LEAL

A análise política da dívida do Terceiro Mundo saiu das pregações demagógicas do Sr. Fidel, do "não pagar" puro e simples, para mesas mais cuidadosas situadas em escritórios da Casa Branca, Downing Street e Elysées. Dirigentes de todo o Mundo começam a refletir sobre a necessidade do exame da dívida sob ótica mais abrangente, diversa da simplista geração de inflacionários superávits comerciais para pagamento dos encargos do débito. Nada mais oportuno.

As crises do petróleo trouxeram profundas modificações para todos os povos. Até para os árabes. A inundação dos petrodólares e sua necessária aplicação, geminadas como desejo de desenvolvimento a qualquer preço do Terceiro Mundo, provocaram a mais formidável e longa crise econômica já vivida pela humanidade. Nenhuma guerra localizada ou mundial causou tanta fome, tanta desesperança e desconforto quanto a crise da dívida externa.

Assumindo alguns aspectos fundamentais para o encontro da solução definitiva, tais como: os países devedores não podem pagar; a dívida provoca o aprofundamento dos problemas sociais, inviabilizando o desenvolvimento; a permanência deste quadro terrível apequena o mercado internacional; e, finalmente, os bancos credores não podem perder o dinheiro que emprestaram — veremos o tamanho do problema a resolver. Não é preciso nenhum plano Marshall. Até que seria bom, mas o tipo de guerra foi outro.

Os países super-ricos, como Estados Unidos, Japão, Itália, Canadá, França, Inglaterra, Alemanha e outros afortunados, têm, além da obrigação moral quanto a dívida do Terceiro Mundo, enorme interesse comercial, pois é o mercado maior de seus produtos e tecnologia. São eles que devem caminhar juntos na solução do impasse. Incluir a Rússia seria oportuno, pois vários países do Leste Europeu e da África, ligados política e economicamente a Moscou, estão também atolados no lamaçal da dívida.

A criação de um Fundo, sob coordenação do FMI e com cotas tomadas pelo Primeiro Mundo, objetivando sanar o desastre da dívida, é a única saída. Sonhemos um pouco: qual a dívida do Terceiro Mundo? US\$ 500 bilhões, se tanto. Levando em conta as informações de mercado, sabemos que a dívida é na verdade apenas um percentual desse imenso valor. Os papéis da dívida peruana valem 15 centavos por dólar. A Argentina compra cada dólar devido com 35 centavos, no mesmo nível dos papéis do Brasil. Alguns papéis africanos já são considerados perdidos.

Bastaria aceitar como verdadeiro que os bancos credores se satisfariam em limpar seus balanços com 40% do crédito e teríamos a redução da dívida para US\$ 200 bilhões (não podemos esquecer que qualquer movimento no sentido da criação do Fundo provocaria, por compreensível reação de mercado, uma repentina valorização dos papéis, mas é claro que os bancos deveriam participar do esforço mantendo o status quo de hoje).

Se ao Fundo Monetário Internacional fosse possível "comprar" a dívida do Terceiro Mundo por US\$ 200 bilhões, seria plausível imaginar que essa instituição pudesse repassar os benefícios aos devedores, estabelecendo vantagens e determinando condicionamentos. Algo como:

a) prazo de liquidação em 30 anos, com 15 de carência e pagamento do principal em prestações anuais, a partir do 16º ano; b) juros equivalentes à Libor, para que as contribuições dos países cotistas pudessem ser remuneradas em nível de mercado, significando que a participação no Fundo não se qualificaria como doação e sim um empréstimo a longo prazo devidamente remunerado; e c) restrições a novos endividamentos (no caso do Brasil, os resultados práticos seriam: redução da dívida de US\$ 130 bilhões para US\$ 52 bilhões e encargos anuais de juros reduzidos de US\$ 10,4 bilhões para US\$ 4,2 bilhões, tomando-se 8% a.a. como parâmetro).

Com relação aos bancos credores, nada poderia causar melhor efeito. Seus balanços estariam livres dos nefastos e incobráveis débitos, seus "exposures" mundiais iriam a zero e a capacidade de planejar voltaria a termos reais. Os países que criassem ou viabilizassem o Fundo — até poderia ter o pomposo título de "Reconstrução Mundial" — receberiam juros de mercado pelos recursos aplicados. O comércio do Mundo daria grande passo no sentido da normalização, pois os países do Terceiro Mundo voltariam ao mercado para a compra de produtos e de avanços tecnológicos, saindo desta obrigação contínua e desprezível de ter de produzir superávits comerciais para a geração de divisas (é impressionante como se fazem festas com os nossos superávits, esquecendo, às vezes de propósito, de analisar seu enorme componente inflacionário). Ninguém perderia dinheiro. Nem os bancos, nem os países ricos. Só ganhos para o Mundo e para a paz.

O veio ideológico preconizado pelos arautos do conflito e da ilusão não ampara uma solução justa. Querem apenas que os bancos amarguem o prejuízo, como se fossem alvo da vindita de todos. A saída é o mercado. O preço dos papéis do Terceiro Mundo indica o único caminho para o renascimento e o progresso. A solução via mercado tem uma vantagem acessória, pois o valor dos papéis, traduzindo a maior ou menor capacidade de liquidação por parte do devedor, cria um nível de equilíbrio sem favorecimentos ocasionais. A simplicidade óbvia do mercado, aliada à grandeza de quem queira e pode resolver o problema, permitiria ao Mundo, ainda neste século, presenciar novos tempos de Justiça e crescimento. A decisão definitiva não pode esperar maiores elucubrações. É preciso coragem, visão de futuro e verdadeiro humanismo para permitir melhores dias a todos, em vez do eterno e funesto conflito entre os ricos e os sem-esperança.